

## **A REPRESENTAÇÃO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **THE CULTURAL REPRESENTATION OF THE INDIGENOUS PEOPLE IN THE HISTORY TEXTBOOKS FROM 6th ELEMENTARY DEGREE**

*Junia Fior Santos<sup>1</sup>*

---

**RESUMO:** No Brasil, a abordagem da temática indígena passou por alguns deslocamentos teóricos, na tentativa de discutir os motivos da exclusão social e cultural desses povos, bem como as representações preconceituosas e estereótipos projetados por concepções ideológicas de cunho colonial. O livro didático é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento da educação formal, utilizado pelos professores no processo de ensino-aprendizagem, e, por isso, deve conceber uma visão de mundo pautada no respeito à diversidade e diferenças étnicas. Nessa perspectiva, este trabalho discute a abordagem da representação dos povos indígenas nos livros didáticos da disciplina de História do 6º ano do ensino fundamental, tendo como objeto de análise os livros: "Estudar História – Das Origens do Homem à Era Digital" e "História – Sociedade e Cidadania". A pesquisa busca analisar como os elementos textuais e imagens contemplam a diversidade étnica e diferenças dos povos indígenas brasileiros e como suas dinâmicas são apresentadas. Como aporte teórico metodológico, utilizamos as considerações de pesquisadores que discutem a importância da abordagem da Lei nº 11.645/2008 nos livros didáticos. Destarte, é possível constatar que as imagens e textos presentes nos livros didáticos analisados, abordam de formas diferentes a cultura e a diversidade étnica dos povos indígenas, sendo possível perceber que ainda existem negligências que comprometem a compreensão do conhecimento em relação aos povos indígenas, a qual precisa ser ressignificada.

**Palavras-chave:** Livro didático. Representação. Indígenas. Diversidade. Diferenças.

---

**ABSTRACT:** In Brazil the approach of the indigenous thematic had some theoretical displacement trying to discuss the motives to the social and cultural exclusion of these people, as well the prejudgments representation and the stereotypes projected by ideological concepts of colonial stamp. The didactic book is a tool that supports the development of the formal education used by the teachers in the teaching-learning process, and therefore it musts conceive a world vision ruled on the respect to the diversity and the ethnics differences. In this perspective, this work discusses the approach of the indigenous people representation in the didactics books of History subject of the 6º elementary degree, having as object of analysis these following books: "Study History: from the Men Origins to the Digital age" and "History: Society and Citizenship". The research aims to analyze how the textual elements and images contemplate the ethnic

---

<sup>1</sup> É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), graduada em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e mestre em História pela (UFGD). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD). Bolsista CAPES.

diversity and the differences between the Brazilian indigenous people and how their dynamics are presented. As theoretical and methodological approach we use the considerations of researchers who discuss the importance of approach of the Law number 11.645/2008 in the didactics books. Thus, it is possible to verify that the images and texts in the didactics books approach in different forms the indigenous people culture and ethnic diversity, being possible to see that still existing negligence which harm the comprehension of the knowledge related to these people, that needs to be resignified.

**Keywords:** Textbooks. Representation. Indigenous. Diversity. Differences.

---

## Introdução

O trabalho de mediação de conhecimento em sala de aula é sempre uma preocupação para o professor. Isso ocorre em razão de que o público com o qual estará desenvolvendo seu trabalho é muito diverso, necessitando assim utilizar diferentes ferramentas didáticas para motivar e incitar a curiosidade dos estudantes. Sabe-se que uma das ferramentas utilizadas nesse processo de ensino-aprendizagem é o livro didático, que de acordo com Choppin (2004, p. 553), "constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações". De acordo com o autor, o livro didático, além de assumir uma função instrumental e documental, também assume uma função cultural, uma vez que possui valor simbólico dentro do ambiente escolar. Desta forma, o livro didático assume sentidos e significados a eles atribuídos que são próprios da realidade e contexto histórico dos sujeitos que o utilizam.

Na contemporaneidade, os livros didáticos representam uma das principais fontes de trabalho, como material impresso na sala de aula, tornando-se uma ferramenta de suma importância para o acesso às informações. Este material pode ser pensado como um mecanismo que ajuda a organizar os conteúdos considerados importantes para atender às necessidades de ensino-aprendizagem dos diversos contextos históricos.

Partindo da premissa que o livro didático apresenta conteúdos ideológicos, e tendo o entendimento que este representa um suporte que agrega conhecimentos e valores fundamentais para formação dos alunos, que na maioria dos casos estão em transição para a juventude, em uma fase repleta de desafios e dúvidas, conhecer e respeitar as diferenças deve ser assunto passível de discussões em sala

de aula. Em muitos casos, os estudantes têm pouca informação sobre temas pertinentes às diferenças étnicas, principalmente a indígena, que é abordada por muitos meios de comunicação com conteúdos ultrapassados, que apresentam os povos indígenas de forma genérica.

A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, instituiu a obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena na educação básica, tanto nas instituições públicas como privadas (BRASIL, 2008). Porém, essa obrigatoriedade precisa estar fundamentada em princípios didáticos que respeitem os modos de vida e as dinâmicas destes diferentes povos no contexto contemporâneo.

Ao buscar na literatura trabalhos cujas investigações permeiam o livro didático de história, almejamos discutir o tratamento dado à temática indígena nesses materiais, mais especificamente no 6º ano do ensino fundamental. Para tanto, cumpre ressaltar que não há pretensão de criticar os autores e suas obras e sim analisá-las sob o ponto de vista das demandas atuais, envolvendo a temática indígena na educação básica.

Destarte, refletir sobre esta temática é de grande importância, pois a partir de novas discussões podemos pensar em possíveis rupturas do modelo etnocêntrico que ainda se encontra presente nos livros didáticos e, assim, propor a desconstrução de estereótipos<sup>2</sup>.

## **1. Discutindo com ferramentas epistêmicas**

O caminho de investigação seguido na construção desse trabalho é de caráter documental. Além da análise do livro didático como fonte documental, foi preciso realizar também uma revisão bibliográfica que ajudou a compreender os deslocamentos epistêmicos na abordagem da temática indígena nos livros didáticos. Cabe lembrar que tanto a análise documental como a análise bibliográfica têm o documento, no caso o livro didático, como objeto de estudo. Dessa forma, conjuntamente, as duas se complementam, mas são distintas na natureza de suas fontes. Em outras palavras:

---

2 À vista disso, o estereótipo é a imaginação de um tipo fixo que caracterizará um determinado grupo ou pessoa que sofre o preconceito, isto é, "é a concretização/personificação do preconceito" (AMARAL, 1995, p. 18).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Nesse sentido, as duas análises contribuíram para a construção da pesquisa, visto que a análise bibliográfica subsidiou dados encontrados e investigados em fontes primordiais, no sentido de corroborar com o processo de análise documental dos livros didáticos escolhidos para este trabalho.

O livro didático é uma das ferramentas de trabalho mais utilizadas pelo professor em sala de aula<sup>3</sup>, sendo um importante mediador no processo de construção do conhecimento. Em outras palavras, "O livro didático é o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar" (FONSECA, 2003, p. 49). Trata-se de um material elaborado com o objetivo de ser uma ponte para o acesso ao conhecimento, sendo para os estudantes um veículo de informação que traz novas leituras de mundo.

De acordo com Munakata (2016, p. 125), "Os livros didáticos constituem-se em importante veículo de consolidação, difusão universal e perenização das disciplinas escolares". Como é evidenciado nas propostas que constam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), todo material é fonte de conhecimento, mas nenhum deve ser utilizado sozinho, é essencial a abordagem de diferentes materiais, para que os conteúdos possam ser trabalhados com mais amplitude.

Como mediador, o professor precisa analisar previamente de que maneira as informações sobre os conteúdos são abordadas no livro didático e quais suas intencionalidades, para saber problematizá-las quando necessário. Nesse sentido, "é imprescindível prestar atenção prioritária aos conteúdos culturais, assim como, naturalmente, às estratégias de ensino e aprendizagem (SANTOMÉ, 1995, p. 160).

---

3 De acordo com Choppin (2004), o livro didático é um recurso disponibilizado aos estudantes e professores para que estes tenham acesso a seus conteúdos específicos. Lembrando que o livro didático pode assumir diferentes funções, como: função referencial; função estrutural; função ideológica; função documental. Estas funções podem mudar conforme o ambiente sociocultural, a conjuntura histórica e os métodos e formas de utilização.

Os livros podem possibilitar uma série de interpretações, pois trazem consigo diversas ideias, valores e representações, discussões teóricas que abrangem diferentes temas, mas não são somente as palavras que são responsáveis pela transmissão de informações, as imagens também assumem diferentes funções que correspondem a objetivos pedagógicos diversos. Nesse contexto, as imagens podem manifestar o que não pode ser expressado por palavras, se caracterizando como um relevante meio de evidências.

A interpretação desses estímulos visuais está interligada ao conteúdo disciplinar, por isso a concordância entre ambos é algo substancial. Ao mencionar a história de um determinado povo indígena, a imagem que acompanha o texto deve referir-se ao mesmo grupo étnico e conjuntura histórica. Lembrando que os povos indígenas contemporâneos não são os mesmos de séculos passados, da mesma forma que os não índios também não são. A cultura é dinâmica<sup>4</sup>, e as produções destinadas ao ensino básico devem estar atentas a isso para não cometerem o erro de representarem os povos indígenas de forma descontextualizada.

Representação é um dos conceitos mais frequentes no discurso historiográfico contemporâneo. Na concepção etimológica, 'representação' advém da forma latina 'representare', tornar presente ou apresentar novamente. Em Chartier (1991), o conceito de representação é o produto do resultado de uma prática, de uma interpretação, isto é, não podemos apresentar a realidade concreta, e sim, representações dos fatos. Os grupos sociais criam suas noções de representação, sendo um instrumento essencial da análise cultural. Em outras palavras: "A representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma 'imagem' capaz de repô-lo em memória e de 'pintá-lo' tal como é" (CHARTIER, 1991, p. 184). Desse modo, a representação pode ser entendida como uma referência, é preciso nos aproximarmos dela, para nos aproximarmos do fato. Contudo, é preciso estar atento a essa representação, pois em muitos livros didáticos ainda há discussões teóricas e imagens equivocadas e

---

4 Corroborando com esse entendimento, Geertz esclarece: "A cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento" (GEERTZ, 2008, p. 8).

estereotipadas que representam determinadas visões de mundo, que contribuem para generalizações e percepções errôneas.

Em alguns livros didáticos é possível identificar elementos que agregam resquícios de preconceito, de intolerância e estereótipos que representam sujeitos, objetos, contextos sócio-históricos. Assim, buscamos observar as discussões teóricas e imagens difundidas por livros didáticos de História de duas coleções, organizados por diferentes sujeitos, que, por sua vez, apresentam diferentes representações acerca dos povos indígenas. De acordo com Chartier (1991, p. 17), “representações do mundo social, embora aspirem à universalidade fundada na razão, são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam”. Dessa forma, a representação dos povos indígenas presente nos livros didáticos são criações ou recriações de ideias estruturadas por sujeitos que são responsáveis por formar um imaginário social.

Nos diferentes contextos históricos, as narrativas literárias e historiográficas apresentaram os povos indígenas de diferentes maneiras, inicialmente, como sujeitos inferiores, isso para justificar as intervenções da sociedade envolvente no modo de vida tradicional dos povos indígenas. É somente no século XIX que as discussões acerca da humanidade dos índios ganharam maior atenção, sendo discutido quais seriam as melhores medidas a se tomar para “civilizar” esses povos. No século XX, é possível identificar alguns avanços nas abordagens teóricas a respeito dos povos indígenas. Nos livros didáticos eles deixam de ser representados a partir de uma visão romanceada em que o ‘nativo’ deveria ser assimilado à sociedade envolvente e passam a ser vistos como protagonistas da sua história. Isso se deve pela garantia de direitos constitucionais e crescente visibilidade para as pautas dos movimentos indígenas consolidados em 1970.

A partir da Constituição Federal de 1988, fruto das grandes conquistas obtidas pelos movimentos sociais que emergiram ainda durante a década de 1970, muitas questões de cunho cultural começaram a ganhar espaço, como por exemplo, a temática indígena. Os diferentes coletivos indígenas, juntamente com outros grupos sociais, lutaram por seus direitos e pela efetivação desses. Com muita determinação, esses movimentos que “são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais” (GOHN, 1997, p. 344), obtiveram avanços no plano jurídico.

O Movimento Indígena Brasileiro (MIB) foi constituído por diferentes etnias, diferentes culturas, que se uniram em prol de objetivos comuns, sendo o principal deles o acesso aos seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, o que inclui o seu reconhecimento como sujeitos históricos portadores de especificidades culturais.

A partir de algumas mudanças nas garantias legais, outros critérios foram adotados para abordar a temática indígena, visto que as novas demandas exigiam modificações nos livros didáticos. Dessa forma, os conteúdos passaram a ter que respeitar as especificidades identitárias e culturais dos diferentes coletivos presentes no Brasil.

Ao longo do tempo ocorreram mudanças significativas na abordagem de temas transversais e essas mudanças ainda continuam acontecendo, tendo em vista as dinâmicas da sociedade contemporânea. Essas mudanças têm contribuído para a construção de uma educação que considera a alteridade dos povos indígenas, no sentido da valorização das identidades e respeito às diferenças. O livro didático pode ajudar no processo de conhecimento de outros universos, de outras concepções ideológicas, de outras culturas, contribuindo assim para uma maior alteridade.

## **2. A diferença étnica nas referências oficiais**

Em meio ao contexto de redemocratização da década de 1980, os livros didáticos receberam muitas críticas pela forma como abordavam os temas de cunho nacional. Foi nessa conjuntura histórica que a inserção da questão relativa à valorização da diversidade étnico-cultural existente em nosso País passou a ser discutida no sistema de formação educacional brasileiro. Os materiais didáticos passaram a ser mais questionados quanto ao silenciamento e omissão acerca da história e cultura da população negra e indígena.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu muitas garantias aos povos indígenas, que obtiveram finalmente o direito de serem reconhecidos como diferentes, de viver conforme seus próprios princípios organizacionais, políticos, religiosos, culturais, dentre outros. Na educação, o discurso multicultural foi estabelecido através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Lei nº

9394/96, mais precisamente no artigo 3º, que determina os princípios substanciais do ensino (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996, art. 26, § 4º). Tal regulamentação entra em conformidade com a determinação da Constituição Federal de 1988, que especifica: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210).

Foi então, na década de 1990, que as mudanças foram de fato sendo implantadas, a pluralidade cultural e a diversidade étnica ganharam outras dimensões, o que representou um grande avanço no sistema educacional (AGUIAR, 2008).

Nesse mesmo contexto, com o objetivo de assegurar a qualidade dos livros didáticos a serem adotados nas instituições escolares, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a incumbência de fazer uma avaliação pedagógica dos livros antes de chegar à sala de aula. A partir da consolidação do PNLD, os livros didáticos passaram a dar mais atenção à diversidade e às diferenças internas e externas da cultura brasileira.

O PNLD é responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que se responsabiliza pela distribuição de obras didáticas às instituições de ensino. A escolha dos livros didáticos deve atender aos critérios metodológicos de ensino-aprendizagem que cada disciplina estabelece. Os livros didáticos passam por uma criteriosa seleção, o que contribui para a incorporação de novas orientações teóricas e metodológicas. Nessa direção, cabe lembrar que:

[...] a submissão dos livros a um processo de avaliação criterioso e sistemático passou a requerer que editoras buscassem adequar as suas produções aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e, conseqüentemente, produzissem livros que atendessem em certa medida às perspectivas teóricas mais atuais no campo do ensino (CAVALCANTI; SILVA, 2016, p. 69).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são determinações oficiais que

orientam o sistema educacional brasileiro. Com base nessas diretrizes, são elaborados os planejamentos de ensino nas instituições escolares e os preceitos de avaliação dos livros didáticos pelo PNLD.

Os professores também passaram a ter mais autonomia para escolher o livro didático, o que favoreceu a inserção de livros mais adequados com a demanda de cada disciplina escolar. Nesse ínterim, a disciplina de história passou a adotar livros que mais atendessem as discussões historiográficas da escola dos Annales (movimento historiográfico do século XX), deu maior atenção ao estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, mais precisamente a história dos excluídos, privilegiando os métodos pluridisciplinares.

Assim sendo, o Ministério da Educação (MEC), em cumprimento ao dispositivo constitucional e diante da crescente necessidade de abertura para temas transversais, que necessitam ser discutidos em nossa sociedade, organizou para o ensino fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). De acordo com a Secretaria de Educação, o processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de estados e municípios. Desse modo, "Formulou-se então uma proposta inicial que, apresentada em versão preliminar, passou por um processo de discussão em âmbito nacional, em 1995 e 1996 (BRASIL, 1997).

Dentre os temas transversais estão: pluralidade cultural; convívio social e ética; meio ambiente, orientação sexual, saúde, trabalho e consumo. Depois de ter sido analisado pelas secretarias de estados e municípios, juntamente com especialistas de diferentes áreas do conhecimento, os PCNs foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal medida proporcionou a constituição de um referencial nacional que estivesse em concordância com os manuais da educação municipal e estadual. Os PCNs da disciplina de história expõem que o trabalho com a temática indígena objetiva proporcionar aos estudantes informações sobre esses povos, bem como seus costumes, tradições, organização social, possibilitando assim a compreensão da diversidade entre os coletivos indígenas.

No intuito de promover o conhecimento e o diálogo intercultural<sup>5</sup> sobre as questões pertinentes aos povos indígenas, em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e acrescentou o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Vejamos a íntegra:

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira' e dá outras providências (BRASIL, 2003).

Tempos depois, em 2008, tivemos a alteração dessa norma para a então Lei nº 11.645/2008 que foi promulgada com o objetivo de promover o ensino de história e cultura das populações indígenas e afro-brasileiras nas diretrizes e bases da educação nacional. Essa foi uma grande conquista para a educação, o referencial teórico presente nos livros didáticos passou a dar voz à história contada pelos próprios povos indígenas, que por muito tempo foram silenciados por um sistema opressor de cunho colonial (BRASIL, 2008). Porém, nem todos os livros didáticos atendem a esse requisito.

Ao analisar o Guia do Livro Didático, nota-se que a única exigência feita para que o autor insira sua obra no PNLD/2017 é sua formação inicial na área. São poucas as exigências feitas com relação ao aprofundamento de estudos por parte dos autores, como uma especialização ou desenvolvimento e pesquisas na área, como critério para classificação e inserção de obras a serem disponibilizadas para a escolha. Quanto a isso, uma possibilidade seria haver critérios mais específicos para a classificação dessas obras, pois isso exigiria maior empenho por parte dos autores em suas pesquisas, repassando as informações com maior embasamento teórico e com reflexões mais ricas, trazendo maior credibilidade às obras disponibilizadas para análise. Isso se torna uma preocupação grande, pois, se não é exigida do autor uma formação mais especializada, então se deixa de reconhecer essa qualificação como referência com relação ao conteúdo abordado nos livros didáticos. Para isso, é necessário que se conheçam suas experiências como

---

5 O diálogo entre as diferentes culturas estabelece uma conexão de saberes essencial em nossa sociedade, o que possibilita o conhecimento de outras visões de mundo, pois, "homens de culturas diferentes usam lentes diversas" (LARAIA, 2015, p. 67).

escritor, o local (instituição) em que desenvolveu sua pesquisa e os caminhos utilizados para elaborar a sua produção.

Tais perspectivas trariam maior embasamento analítico no desenvolvimento de um texto para ser inserido no Livro Didático. É, no entanto, muito importante que o professor que utiliza esse material em sala de aula esteja atento e se preocupe em analisar essas informações sobre o autor do material e analisar, de forma criteriosa, se o livro respeita as exigências do PNLD.

É importante que o professor não limite a discussão da temática indígena apenas em datas comemorativas como o dia 19 de abril, momento em que é comum haver uma representação completamente estereotipada dos povos indígenas, onde pinturas, danças, adornos, constroem a figura de um indígena que difere muito da realidade social atual. Essas representações ultrapassadas também estão presentes nos conteúdos didáticos que apresentam algumas carências teóricas, sendo essa representação um motivo de preocupação, pois os estudantes estão em fase de construção de conhecimento e necessitam de uma formação que dê subsídios para compreender a diversidade existente no mundo em que vive.

### **3. As representações sobre os povos indígenas contidas nos livros didáticos de história**

Apesar das mudanças teórico-metodológicas que ocorreram na disciplina de história nos últimos anos, o conteúdo programático no ensino fundamental ainda recebe críticas sobre os conteúdos de cunho eurocêntrico e generalizado acerca dos povos indígenas brasileiros. Muitos desses materiais didáticos nem sequer citam o quantitativo de etnias indígenas existentes em nosso País (SILVA, 2014).

Conforme dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, existem no Brasil cerca de 305 etnias diferentes, número que não pode ser considerado exato, uma vez que, conforme a FUNAI, com base em alguns registros é provável que haja outros grupos indígenas que vivam em regiões isoladas e por isso desconhecidos até o presente momento (FUNAI, 2019). Dados básicos como este podem fazer a diferença para o estudante pensar a diversidade étnica presente em nosso meio. Essa seria uma construção social de grande relevância,

pois possibilitaria um novo discurso no qual o sentido sobre a diversidade passaria a ser outro.

Contrapondo-se a esse ideal, é comum visualizarmos seções dedicadas a discursos teóricos que abordam os povos indígenas a partir de visões unilaterais, endossadas por estereótipos e discursos ideológicos que restringem a diversidade cultural e étnica dos povos indígenas. Nesse sentido, o livro didático de história, como ferramenta de apoio no processo de desenvolvimento do ensino-aprendizagem, tem sido alvo de inúmeros questionamentos sobre a forma como a história do Brasil e a presença indígena está sendo contada.

Nesse ínterim, foram escolhidas duas coleções diferentes para realizar o estudo deste tema. Os dois livros didáticos analisados são da disciplina de história, referente ao 6º ano do ensino fundamental: *Estudar História das Origens à Era Digital* (BRAICK, 2015) e *História, Sociedade & Cidadania* (BOULOS JÚNIOR, 2015). Ambas as coleções fazem parte do PNLD 2017.

Os dois livros analisados apresentam diferenças metodológicas ao abordar a temática indígena; porém, ao analisar os textos, imagens e atividades, fica evidente que os dois exemplares têm a intenção de abordar a magnitude da história e cultura dos povos indígenas, embora em graus diferentes.

A proporção de importância dada a essa temática faz muita diferença no conteúdo programático, que deve abarcar os aspectos da história e da cultura da formação da população brasileira, para que os estudantes entendam a diversidade étnica que forma o Brasil. Portanto, esse é um tema que ainda requer atenção.

Como se pode observar no PNLD de 2017:

Embora compreendida comumente como uma dimensão correlata da temática africana e afro-brasileira, em termos da estrutura legal que a sustenta, o tratamento da temática indígena ainda se coloca como o componente mais frágil no conjunto das obras didáticas aprovadas no PNLD, sendo o aspecto que merece maior grau de investimento por parte de autores, de editoras e de professores no uso das coleções. Vários fatores explicam essa distinção, mas destacáremos dois em especial: o crescimento relativamente recente de uma pesquisa historiográfica que vem se dedicando ao estudo da História indígena no Brasil, em suas seleções e hiatos. Nesse ponto, é muito comum se perceber os modos pelos quais essa temática comparece na escola: são comuns os lapsos temporais, como se não existisse uma relação longa de continuidade envolvendo grupos sociais historicamente excluídos na sociedade. Assim, a temática indígena, quando evocada, mostra-se presente,

muitas vezes, na abordagem da sociedade colonial brasileira, normalmente no livro de 6º ano (BRASIL, 2017, p. 33-34).

Nesse sentido, a perspectiva intercultural ajuda a questionar os materiais didáticos que apresentem informações que contêm etnocentrismos e estereótipos relacionados a padrões de uma cultura eurocêntrica que tenta fazer desaparecer as diferenças ou as inferioriza. Assim, a relevância de se realizar uma pesquisa acerca do livro didático de história nos remete a refletirmos sobre as rupturas com a lógica excludente, o que está nas entrelinhas desses textos que compõem o livro, e que são considerados por grande parte dos profissionais em educação, um importante material utilizado nas aulas, já que estes são responsáveis por comportar uma forte carga teórica de conteúdos.

#### 4. Livro “Estudar História – Das Origens do Homem à Era Digital”

**Figura 1** – Capa do livro didático Estudar História - Das Origens do Homem à Era Digital



**Fonte:** Braick (2015)

O livro “Estudar História – Das Origens do Homem à Era Digital”, apresenta uma abordagem histórica ancorada numa perspectiva temporal cronológica linear, privilegiando o viés político e social. O livro do 6º ano contém 208 páginas, sendo divididas em: Capítulo 1 – O que é História? 2 – A História e o tempo. 3 – O ser humano em busca de suas origens. 4 – Da aldeia à cidade. 5 – Os primeiros habitantes da América. 6 – Mesopotâmia e China. 7 – Egito e Núbia. 8 – Hebreus e fenícios. 9 – A Civilização Grega. 10 – Cultura e cotidiano na Grécia antiga. 11 – A Civilização Romana. 12 – Expansão e crise do Império Romano. Os capítulos são

iniciados por meio de textos que acompanham imagens, fotografias, reproduções de pinturas, tabelas e questões relacionadas ao tema tratado. A seção de atividades é composta por duas seções fixas: compreender os conteúdos e ampliar o aprendizado. Como finalização de cada capítulo é reservada uma página para as seções especiais: História feita com arte; Investigar; Debater e Aluno cidadão.

Sobre a história indígena, esta só é abordada ao tratar da América pré-colombiana, os indígenas da América do Norte, a colonização espanhola na América, a conquista e a colonização da América. No decorrer da explanação desses conteúdos é possível perceber que os movimentos de resistência, a diversidade étnica, o patrimônio linguístico e cultural muito pouco são abordados. A história indígena é apresentada de forma fragmentada, ocultando a diversidade étnica existente entre a população indígena, bem como sua diversidade de culturas, costumes, crenças, organização política, dentre outras especificidades.

Na contemporaneidade é comum entendermos como cultura tudo o que se refere a preceitos e conteúdos de cunho social que são produzidos e reproduzidos pelo ser humano. Nessa perspectiva, o antropólogo Da Matta (1986) enfatiza que a cultura pode ser compreendida como:

A maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. [...] Um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. É justamente porque compartilham parcelas importantes deste código (o da cultura) que um conjunto de indivíduos, com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas, transforma-se num grupo onde podem viver juntos, sentindo-se parte da mesma totalidade (DA MATTA, 1986, p. 123).

Desse modo, a cultura é algo inerente à espécie humana, que, por conseguinte, é resultado de um processo heterogêneo. A cultura não é determinada por elementos objetivos, já que ela transcende este chavão, sendo um sistema repleto de símbolos que possibilitam a sensação de pertença e construção social. Ou seja, a cultura é o resultado de seu contínuo agir histórico. Esse agir se faz presente entre as comunidades indígenas, que exprimem o seu modo de ser em um contexto marcado pela subjugação, pelo desrespeito, pelo ódio.

Cabe lembrar que, quando nos referimos à diversidade cultural indígena, estamos nos referindo também à diversidade de etnias, que tem cada qual suas especificidades sociais, políticas, econômicas e organizacionais constituídas ao longo de anos. Essas diferenças são observadas na obra analisada, especialmente, entre as páginas 62-77, que trata sobre os primeiros habitantes da América, onde é possível perceber que não é mencionada nenhuma referência à sociodiversidade indígena no Brasil, da mesma forma que não expõe quais são as relações da sociedade envolvente com os povos indígenas. Além disso, o estudante não é estimulado a questionar sobre a coexistência sociocultural que eles têm com a população indígena.

No capítulo 2 "A história e o tempo", página 20, há uma fotografia do ano de 2009, de crianças indígenas do povo Sateré-, aldeia Inhãa-bé, no Igarapé do Tiu, em Manaus, no entanto, a discussão sobre as diferentes concepções de tempo não explica e nem sequer menciona qual a compreensão de tempo para esse povo. No decorrer da análise dessa temática, a referência temporal é analisada a partir "dos povos indígenas amazônicos", que se apresenta de forma genérica. Vejamos: "No Brasil, as sociedades indígenas tradicionais ainda se baseiam nos ciclos da natureza para calcular a passagem do tempo" (BRAICK, 2015, p. 25). A abordagem do aspecto temporal, além de ser um componente curricular, objetiva possibilitar o entendimento acerca das diferentes concepções de tempo, bem como as modificações desse conceito para cada povo. Contudo, apesar de serem mencionados, os povos indígenas não são contemplados nessa discussão, já que a informação é descontextualizada e se refere aos povos indígenas da Amazônia, mas não menciona qual etnia, qual a localização, qual o contexto histórico em que essa visão de tempo estava inserida.

Quando se refere à contemporaneidade, a abordagem teórica poderia tratar o tema com maior ênfase e enriquecer o debate com mais dados. As poucas imagens dos povos indígenas estão concentradas no capítulo 2 "A história e o tempo" e no capítulo 5 "Os primeiros habitantes da América". A maioria das ilustrações mostram uma imagem muito romantizada e folclorizada dos povos indígenas, que aparecem sempre na reserva, com trajes considerados "tradicionais", como algumas expostas abaixo:

**Figura 2** - Crianças indígenas do povo Sateré-Mawé. Aldeia Inhãa-bé, no Igarapé do Tiú, em Manaus (AM)



**Fonte:** Braick (2015, p. 20).

**Figura 3** - Índios do povo Kalapalo do Parque indígena do Xingu, Mato Grosso



**Fonte:** braick (2015, p. 25).

Como podemos ver, procura-se retratar a figura do “índio” que vive na selva, que se veste como índio, e não o indígena do século XXI, que pode sim viver no seu território de origem, mas que frequenta as escolas, universidades, que representa o seu povo no parlamento, como a advogada e deputada federal Joênia Wapichana, isto é, indígenas que estão em todos os lugares que querem estar. A imagem estereotipada de um indígena enclausurado a um tempo histórico do passado é uma representação errônea que segue marcando a identidade indígena e contribui para a formação de estigmas que desconsideram a dinâmica cultural. Nesse sentido, Fernandes (1993) explica:

Para alguns, o índio é selvagem, cruel, traiçoeiro. Para outros, ele é um ser puro, enquanto os que acreditam na selvageria, os temem índios. Em ambos impregnado da inocência das crianças. Os que acreditam na sua pureza, idealizam os casos, a imagem construída a respeito dos povos indígenas é baseada em estereótipos, ou seja,

ideias falsas que igualam e colocam sob um mesmo rótulo um sem número de situações diversas (FERNANDES, 1993, p. 15).

As imagens da obra "Estudar História – Das Origens do Homem à Era Digital" enfatizam situações que incitam representações que não contemplam a diversidade dos povos existentes no Brasil, em geral os grupos étnicos representados se limitam ao estado do Amazonas, Amapá e uma pequena parte de Mato Grosso. Ou seja, outro estereótipo sendo formado, pois no ideário do século XX, sob o viés de integração racista e classista, difundia-se informações de que os povos indígenas estivessem concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste, e, assim, as demais extensões territoriais estariam livres para exploração (FABRINI, 1995).

Mesmo após a Lei nº 11.645/2008, alguns equívocos continuam a ser reproduzidos, o livro didático analisado não aborda a diversidade étnica no País, não especifica que cada coletivo tem suas particularidades, mesmo se tratando de uma determinada etnia indígena e que o território é um fator fundamental nesse contexto, pois é no território tradicional que é possível vivenciar os costumes, as crenças, a organização social e política própria de cada coletivo. A definição de território exige uma análise cautelosa para se compreender as especificidades de entendimentos sobre o que vem a ser o território indígena. Nessa perspectiva, Haesbaert (1997, p. 41) enfatiza:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Para os povos indígenas, o território representa uma esfera de domínio, na tentativa de assegurar a sobrevivência e continuidade do grupo, mas também é visto, sobretudo, como apropriação, já que caracteriza o sistema simbólico, identitário, e agrega a vinculação metafísica que o grupo tem com o território tradicional. O livro não discute a importância do território para os povos indígenas, assim como também não menciona o protagonismo indígena na luta por seus direitos, que só foram obtidos a partir de muita luta, resistência essa que se iniciou no período colonial e que perdura até a contemporaneidade.

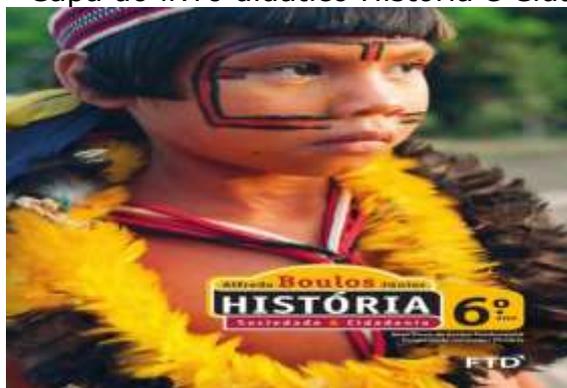
Ademais, o livro didático não menciona em nenhum momento os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, e os problemas que estes vivenciaram e ainda vivenciam frente às investidas do sistema capitalista apoiado pelo Estado Nacional, que insiste em negar seus direitos constitucionais.

A representação dos povos indígenas exposta no livro didático, entre as páginas 12-25, expõe uma representação genérica fundamentada por características correspondentes a uma ideia formada sobre os indígenas que vivem na região amazônica e no Xingu, sujeitos que são expostos como “verdadeiros índios do Brasil”, com pinturas corporais, cabelos lisos, que moram na floresta e possuem uma identidade étnica unânime. Visão esta, marcada pelo exotismo e pela concepção de que o verdadeiro indígena é aquele que mantém a mesma característica do indígena encontrado pelos europeus no século XV.

Contrapondo teorias racistas e eurocêntricas, as ciências humanas, principalmente a História e a Antropologia, demonstram que as culturas são históricas e, portanto, são dinâmicas. Deste modo, é absolutamente compreensível que as culturas indígenas tenham passado por transformações nesses vários séculos em que são obrigadas a conviver com a cultura ocidental. Assim, a história estudada nesse exemplar acaba tendo um caráter idealista, em virtude de divagar pelo universo das ideias, sem buscar compreender a lógica das contradições dos inúmeros e importantes fenômenos sociais.

## 5. Livro “História – Sociedade e Cidadania”

**Figura 4** – Capa do livro didático História e Cidadania



**Fonte:** Boullos Júnior (2015).

O livro "História – Sociedade e Cidadania" reúne conteúdos da História do Brasil e da História Geral, em uma perspectiva cronológica linear. Como expresso na capa, o livro apresenta um trabalho cuidadoso com a história indígena e também com a afrodescendente, onde esses sujeitos históricos são tratados como protagonistas de suas histórias. O livro é composto por 320 páginas, sendo dividido em: Unidade I – História, Cultura e Patrimônio: História e fontes históricas. Cultura, patrimônio e tempo. II – O legado dos nossos antepassados: Os primeiros povoadores da Terra. A "Pré-História" brasileira. Os indígenas: diferenças e semelhanças. III – Vida urbana: Oriente e África: Mesopotâmia. O Egito antigo e o Reino de Kush. Hebreus, fenícios e persas. China. IV – A luta por direitos: O mundo grego e a democracia. A cultura grega. Roma antiga. O Império Romano. A crise de Roma e o Império Bizantino.

Cabe destacar que a análise da obra, apresentada pelo Ministério da Educação sobre o livro "História – Sociedade e Cidadania", ressalta a importância dos textos e imagens que provocam o pensamento crítico do estudante acerca dos fatos históricos. Também destaca a atenção dispensada ao cumprimento da Lei nº 11.645/2008. Vejamos:

O tratamento da História da África, da cultura afro-brasileira e das culturas indígenas, recebeu atenção especial na coleção. Todos os volumes trazem discussões capazes de favorecer o trabalho do professor na construção de uma sociedade brasileira mais tolerante, do ponto de vista de sua formação étnico-racial. A obra apresenta a participação dessas populações como agentes da história, dando visibilidade aos vários lugares ocupados pelos indígenas, africanos e afrodescendentes na sociedade, em diferentes temporalidades. [...] As populações indígenas são tratadas com ênfase na história desses povos na América, particularmente, no Brasil, revelando elementos culturais e as suas lutas (BRASIL, 2017, p. 109).

O livro conta com um capítulo destinado a trabalhar sobre a temática indígena, sendo o capítulo 5 intitulado "Os Indígenas: diferenças e semelhanças". Nesse capítulo são abordados textos e imagens referentes aos povos indígenas da América e também povos indígenas no Brasil. Os conteúdos envolvem temas com os aspectos linguísticos, dados quantitativos da população indígena, religiões, práticas econômicas, luta por direitos e diversidade cultural.

Como enfatiza, Laraia (2015, p. 63), "Estudar as culturas é estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessas culturas". O livro didático

analisado, obviamente não dá conta de abarcar todas as visões desencontradas das coisas e nem todas as unanimidades, contudo, é perceptível o esforço do autor para apresentar algumas informações resultantes da operação de determinadas culturas indígenas brasileiras.

Logo no início do capítulo 5 existe um pequeno texto explicativo, que expõe a desconstrução da designação "Índio", como se pode observar:

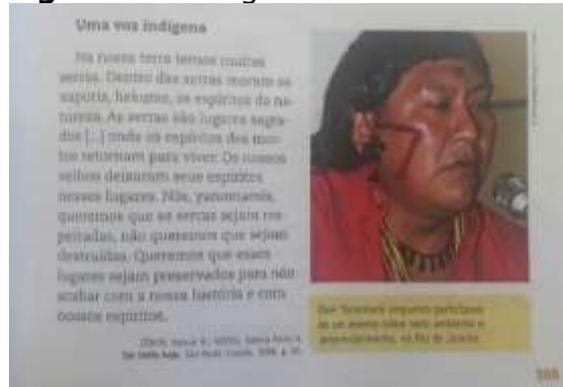
Sabemos que a palavra 'índio' nasceu de um erro histórico. Ao chegar à América, Cristóvão Colombo pensou ter chegado às Índias e, por isso, chamou de índios os nativos do continente. Hoje em dia, muitas pessoas continuam vendo os índios como se fossem todos iguais. Ocorre, porém, que o 'índio' genérico não existe. Existem os Tupiniquins, os Caetés, os Kaiapós, os Yanomamis e muitos outros. Cada grupo se vê como um todo e diferente de outros grupos (BOULOS JUNIOR, 2015, p. 95).

O livro apresenta dados importantes, como o número de povos indígenas que viviam no Brasil antes da chegada dos portugueses, fazendo um comparativo com o número que temos na contemporaneidade, levando o estudante a refletir sobre os motivos dessa diminuição populacional. Na página 97, é apresentada uma tabela explicativa sobre os troncos linguísticos Tupi e Macro-jê. Informa, também, que esses troncos abarcam, pelo menos, 180 línguas indígenas faladas no Brasil.

Ademais, o livro enfatiza cada etnia separadamente, destacando os aspectos culturais de cada um, como: a moradia, o trabalho e algumas curiosidades sobre suas culturas. O autor relaciona o indígena ontem e hoje, destacando algumas mudanças no modo de vida desses povos. Fica clara a preocupação do autor em ressaltar a ideia de que o contato com os não indígenas criou novas necessidades para o modo de vida dos povos indígenas, da mesma forma que impôs reajustamentos no que confere às suas especificidades de organização social. Contudo, as mudanças fazem parte de todas as sociedades, a dinâmica organizacional dos povos indígenas se orienta por linhas próprias, mantendo seus vínculos entre o tradicional e o atual contexto histórico.

Os indígenas são apresentados como sujeitos atuantes dos debates que envolvem seus interesses. Na imagem abaixo, retirada do livro "História – Sociedade e Cidadania", página 105, temos a figura de um indígena da etnia Yanomami, que possui importante papel político e religioso no interior de sua comunidade e apresenta importante fala sobre a defesa do meio ambiente.

**Figura 5** – Indígena Yanomami



**Fonte:** Zenun e Adissi (2015, p. 105)

Entender a presença e atuação dos povos indígenas, frente às ações da sociedade envolvente, é conhecer um pouco do protagonismo desses povos, que se fez presente em todos os momentos da história.

Além desse capítulo, o livro apresenta em outros momentos referências aos povos indígenas, como por exemplo, na página 23, em que é exposta a imagem de uma família indígena da etnia Kambeba. A imagem é apresentada juntamente com outras para trabalhar fontes visuais como vestígios disponíveis para produzir conhecimento histórico.

**Figura 6** - Família indígena da etnia Kamba, Manaus (AM) em 2011



**Fonte:** Boulos (2015, p. 23).

Imagens como esta contribuem para a compreensão acerca dos diferentes comportamentos sociais e posturas corporais de famílias indígenas da etnia Kamba, comportamentos esses que são próprios a um determinado coletivo.

Na página 42, temos a imagem de uma mulher indígena, apresentada como liderança do povo Kaiapó, do Estado do Rio de Janeiro. Na mesma página existem outras imagens de mulheres de outros países, com o objetivo de mostrar os hábitos culturais de povos diferentes. Cumpre igualmente ressaltar que a figura feminina sendo apresentada como liderança é algo inovador, já que ao longo da história a mulher indígena não era retratada como protagonista.

**Figura 7** - Raoni, líder indígena do povo Kaiapó, Rio de Janeiro



**Fonte:** Boulos (2015, p. 42).

Da mesma forma, em outros momentos é visível a preocupação em especificar a qual grupo étnico e região se trata a informação exposta. De forma resumida o livro cita: Yanomami do estado do Amapá; Paresi de Mato Grosso; Guarani do estado de São Paulo; Sateré-Mawé do estado do Amapá; Bororo do estado de São Paulo, dentre outras etnias.

No final do capítulo 5 do livro "História – Sociedade e Cidadania", as atividades incitam os estudantes a fazerem algumas diferenciações entre os povos indígenas estudados, as questões são direcionadas a reflexões acerca de imagens e textos que ajudam a retomar o conteúdo. Na página 101, é feita a seguinte pergunta: "Vimos que no modo de construir moradias, de pintar e enfeitar o corpo, os indígenas são diferenciados entre si. Se, por um lado, há diferenças, por outro há também semelhanças. Quais são?". O livro aborda as diferenças indígenas de forma cuidadosa, o que favorece a construção de conhecimentos pautados no respeito à diversidade.

Uma única observação a ser ressaltada é que o livro cita temas que poderiam ser mais desenvolvidos e que certamente enriqueceriam muito o debate sobre a história e cultura indígena, como por exemplo, a vida dos indígenas que vivem nas

áreas urbanas. Sabemos que esse é um tema de extrema importância e que contribuiria para as abordagens que o autor faz acerca do indígena que circula diferentes espaços, se assumindo como sujeitos protagonistas de suas histórias.

Diante disso, podemos dizer que o livro “História – Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior (2015), mostra esforços significativos em apresentar os povos indígenas em suas diferenças étnicas, respeitando as fronteiras culturais de cada povo. Ademais, este é um dos livros que possibilita aos professores e estudantes transitarem por diferentes saberes, sociabilidades e contextos históricos inserindo exemplos da atualidade, o que, conseqüentemente, favorece o ensino-aprendizagem acerca dos povos indígenas.

### **Considerações finais**

O trabalho desenvolvido buscou realizar reflexões acerca das imagens e textos sobre a história e cultura indígena que circulam nos livros didáticos de história do 6º ano do ensino fundamental. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental (análise de livros didáticos de história), objetivou-se compreender como a diversidade dos povos indígenas tem sido representada. Para tanto, foram analisados dois livros didáticos, que embora tenham recebido algumas observações no tocante à abordagem teórica da temática indígena, são livros que apresentam excelência e qualidade.

Não somos ingênuos a ponto de esperar que o livro didático deva corresponder a todas as necessidades e exigências legais se tratando da temática indígena, dado o fato de que se trata de um material produzido a partir de determinadas concepções históricas, que podem conceber diferentes leituras de mundo. Porém, com o resultado dessa pesquisa, podemos concluir que o desafio de incluir a temática indígena de forma coerente com as necessidades atuais nos livros didáticos ainda não foi totalmente suplantado, para isso algumas rupturas epistêmicas precisam acontecer.

Percebe-se que, embora os conteúdos apresentados nos livros didáticos apresentem um esforço para abordar a história e cultura dos povos indígenas, estes diferem nas formas de abordar o tema. Ao fazer essa análise, reforçamos a ideia de que ainda precisamos nos debruçar muito para que a temática indígena seja trabalhada

com respeito à alteridade desses povos, para que novos horizontes e possibilidades sejam possíveis.

O livro "Estudar História – Das Origens do Homem à Era Digital" contempla as diferenças culturais e étnicas de forma bastante tímida, apresentando as características dos indígenas americanos de forma generalizada, o que ajuda a formar e reforçar uma visão equivocada sobre os povos indígenas brasileiros, que não são respeitados em suas diferenças étnicas e culturais. A história dos povos indígenas é abordada de forma rasa, como se estes sujeitos fizessem parte do passado remoto. Os textos e imagens mostram-se arraigados a estereótipos depreciativos que generalizam os grupos étnicos, o que pode ser considerado um fator negativo para o cumprimento da Lei nº 11.645/2008.

O etnocentrismo cultural e a concepção evolucionista são teorias inadmissíveis para a historiografia contemporânea, que reviu o lugar dos povos indígenas na história e hoje tenciona evidenciar não só a diversidade cultural dos povos indígenas, mas também sua trajetória histórica como sujeitos ativos desse processo.

Compete-nos indagar a razão pela qual o discurso generalizante ainda se encontra presente nos materiais didáticos. É importante considerar que o que está escrito não é apenas uma abordagem descritiva e legítima do fato, mas sim o resultado de uma pesquisa que traz as influências de quem o escreve, que pode ou não ser condizente com o contexto analisado. Desse modo, o texto histórico contém subjetividades que podem expressar determinados conceitos e também preconceitos. Porém, assim, como quem escreve deixa indícios de seu posicionamento ideológico, quem lê também o faz, em virtude de que suas impressões e formas de compreender influenciam a leitura e o entendimento da mesma.

O livro "História – Sociedade e Cidadania", embora tenha alguns aspectos teóricos para serem mais desenvolvidos, mostra bastante empenho em discutir a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, dialogando com o passado e o presente. O livro aborda a temática em uma perspectiva cultural, dedicando um capítulo para apresentar as diferenças e semelhanças entre os povos indígenas brasileiros. Os povos indígenas são apresentados enquanto agentes históricos, que atuam de forma dinâmica e rompem com as barreiras impostas pela sociedade envolvente.

Desse modo, para além de corresponder aos ideais de uma mecânica “civilizatória”, no sentido etnocêntrico, há que se pensar a relevância de livros didáticos, cujo modelo atenda as reais necessidades e realidades dos povos indígenas de nosso País. Há que se lembrar que, no contexto de mobilização dos povos indígenas que tem se fortalecido em nossa contemporaneidade, o respeito a suas histórias e culturas passa a ser reivindicado enquanto um direito básico de cidadania. Nesse sentido, suprimir ou rejeitar a importância dos diferentes grupos indígenas para a história e cultura brasileira é denegar a origem desse corpo social.

Tendo consciência destes fatores, é preciso que os professores estejam atentos à forma como os conteúdos são abordados no livro didático, por isso seu processo de escolha deve ser criteriosamente realizado para que estes livros contenham abordagens pautadas no respeito e valorização com a diversidade e diferenças étnicas e culturais dos povos indígenas.

## Referências

- AGUIAR, Orlando Gomes de. Professores, reformas curriculares e livros didáticos de ciências: parâmetros para a produção e avaliação do Livro didático. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA, 11., 2008, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba:UTFPR, 2008.
- AMARAL, Lígia Assumpção. *Conhecendo deficiência (em companhia de Hércules)*. São Paulo: Robe, 1995.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.
- BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. São Paulo: Editora Moderna, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2017: história*. Brasília: MEC, 2017. 142p. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC: SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história (ensino Fundamental – 5ª a 8ª série)*. Brasília: MEC: SEF, 1998.

BRASIL. *Lei nº 11. 645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 1 abr. 2019.

CAVALCANTI, Taíza Ferreira de Souza; SILVA, Alexsandro da. Os processos e critérios de escolha de livros didáticos de português: o que dizem os professores?. In: SOUZA, F. M.; ARANHA, S. D. G. (org.). *Interculturalidade, linguagens e formação de professores*. Campina Grande: EDUEPB, 2016. v. 2, p. 67-102. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qbsd6/pdf/souza-9788578793470-06.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, 1991.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DA MATTA, Roberto. *Você tem cultura?* In: DA MATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 121-129.

FABRINI, João E. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1995.

FERNANDES, Joana. *O índio: esse nosso desconhecido*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. *Quem são?*. Brasília: Funai, 2019. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 1 abr. 2019.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *Hist. Educ.*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez. 2016.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 159-177.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Rio Grande, n. 1, jul. 2009.

SILVA, Phábio Rocha da. A (in)visibilidade indígena no livro didático de História do ensino médio. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166\\_ARQUIVO\\_Phabio\\_Rocha.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166_ARQUIVO_Phabio_Rocha.pdf). Disponível em: 27 mar. 2019.

ZENUN, Katsue H.; ADISSI, Valeria Maria A. Ser índio hoje. In: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. p. 105.

*Recebido em 29 de Maio de 2019  
Aprovado em 02 de Novembro de 2020*